

ROZINALDO ANTONIO MIANI

O SINDICATO CIDADÃO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA SINDICAL

*EL SINDICATO CIUDADANO EN LAS PÁGINAS DE
LA PRENSA SINDICAL*

*THE UNION CITIZEN IN THE PAGES OF THE
PRESS UNION*

Recebido em: 28 jun. 2016

Aceito em: 19 nov. 2016

Rozinaldo Antonio Miani: Universidade Estadual de Londrina (Londrina-PR, Brasil).
Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação Visual da UEL Pós-Doutorando na ECA/USP. Doutor em História pela Unesp. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL.
Contato: mianirozinaldo@gmail.com

ISSN (2236-8000)

cultura e mídia

RESUMO

A última década do século XX foi decisiva para a história do movimento sindical brasileiro. Após um período de muita vitalidade política, marcado pela lógica do “novo sindicalismo”, os sindicatos foram abandonando sua prática combativa que combinava a articulação das lutas econômicas com a luta política da classe trabalhadora na perspectiva de construção de uma nova hegemonia na sociedade. Em contrapartida, emergia um discurso e práticas voltados para a conquista de direitos estritamente corporativos e de cidadania, que configuraram o que ficou denominado como “sindicalismo cidadão”. Essa nova postura política foi enaltecida pelos principais dirigentes do movimento sindical à época e veiculada e legitimada na imprensa sindical. Com este artigo, pretendemos verificar como a implantação do sindicalismo cidadão foi abordada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em suas produções comunicativas.

PALAVRAS-CHAVES: sindicalismo cidadão; imprensa sindical; cidadania; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

RESUMEN

La última década del siglo XX fue decisiva para la historia del movimiento sindical brasileño. Después de un período de mucha vitalidad política, marcado por la lógica del “nuevo sindicalismo”, los sindicatos fueron abandonando su práctica combativa que ha coincidido la articulación de la lucha económica con la lucha política de la clase obrera en la perspectiva de construir una nueva hegemonía en la sociedad. Por el contrario, ascendió un discurso y prácticas orientadas a la consecución de los estrictos derechos corporativos y de la ciudadanía, que dio forma a lo que se denomina como “sindicalismo ciudadano”. Esta nueva orientación de la política fue destacado por los principales líderes del movimiento sindical en el momento y se transporta y se legitima em la prensa sindical. Con este artículo, nuestro objetivo es examinar cómo la aplicación del sindicalismo ciudadano fue abordado por el Sindicato de Metalúrgicos del ABC en sus producciones de comunicación.

PALABRAS-CHAVES: sindicalismo ciudadano; prensa sindical; ciudadanía. Sindicato de Metalúrgicos del ABC.

ABSTRACT

The last decade of the twentieth century was decisive for the history of the brazilian trade union movement. After a period of much political vitality, marked by the logic of the “new unionism”, the trade unions were abandoning their combative practice that matched the articulation of economic struggle with the political struggle of the working class in the perspective of building a new hegemony in society. In contrast, emerged a discourse and practices geared towards the achievement of strict corporate rights and citizenship, that shaped what became known as “citizen unionism.” This new political stance was accented by the main leaders of the trade union movement at the time and conveyed and legitimized the union press. With this article, we examine how the implementation of unionism citizen was approached by the Sindicato dos Metalúrgicos do ABC in their communication productions.

KEYWORDS: unionism citizen; press union. Citizenship; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

INTRODUÇÃO

A história da imprensa sindical é coetânea à história do próprio sindicalismo e acompanha as características de cada um de seus diversos momentos. Um sindicalismo autônomo e independente, como o que se desenvolveu predominantemente durante a Primeira República Brasileira (1889-1930), produziu uma imprensa marcada por valores de autonomia e independência em relação ao Estado, privilegiando um discurso político-ideológico doutrinário e configurando o jornal sindical como um instrumento de politização do operariado brasileiro.

Com o estabelecimento da estrutura sindical oficial durante o Estado Novo (1937-1945), o sindicalismo brasileiro passou a ser tutelado pelo Estado e foi marcado por práticas institucionalizadas e corporativas. Como decorrência disso, vimos emergir uma imprensa sindical também corporativa que foi se ajustando a cada novo momento da conjuntura política nacional. Além disso, gradativamente, essa imprensa sindical foi se “modernizando” e incorporando os valores de uma imprensa profissionalizada, tanto em relação aos seus profissionais como aos recursos técnicos e tecnológicos utilizados para a sua produção.

Nesse contexto de um “sindicalismo de Estado” (BOITO JR., 1991), o surgimento do “novo sindicalismo” no final da década de 1970 representou o que de mais significativo o movimento sindical brasileiro produziu como resistência e combate à ditadura civil-militar (1964-1985) e também como perspectiva para a organização política e a mobilização da classe trabalhadora durante o período de transição para a redemocratização do país, fazendo emergir, concomitantemente, uma “nova imprensa sindical” (VERDELHO, 1986).

No entanto, a partir da década de 1990, o sindicalismo brasileiro foi profundamente afetado por uma conjuntura social e política marcada pelo desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva, como consequência do processo de mundialização do capital e da implantação do projeto neoliberal no país, conduzindo-o a uma grave crise política. A crise que se abateu sobre o sindicalismo brasileiro acabou por instituir um novo modelo de intervenção sindical, pautado por uma postura propositiva e de “concertação social”, com consequências políticas desastrosas para a organização de classe dos trabalhadores. Esse processo culminou na gestação de uma “nova postura política” do movimento sindical que vem sendo caracterizada como “sindicalismo cidadão”. Disso, resultou a emergência de uma imprensa sindical voltada para a valorização dos pressupostos da cidadania e de intensificação de um “discurso cidadão”, em detrimento de sua condição de instrumento de politização da classe trabalhadora.

A partir de uma reflexão sobre a trajetória histórica do movimento sindical brasileiro e das circunstâncias que precipitaram a crise do “novo sindicalismo”, bem como das principais características que conformam as bases políticas e programáticas do sindicalismo cidadão, temos como objetivo verificar como a imprensa sindical apresentou e legitimou o discurso de implantação dessa nova postura política.

Para tal propósito, tomaremos como referência um dos principais

sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), qual seja, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, pela importância política que representa no interior do movimento sindical cutista, bem como por sua qualificada imprensa sindical.

OS SINDICATOS E O SINDICALISMO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO “NOVO SINDICALISMO”

O debate em torno da importância política dos sindicatos, como instrumentos de organização e mobilização da classe trabalhadora, vem de longa data. Karl Marx já se ocupava deste debate e, apesar de reconhecer suas limitações por sua gênese intrínseca ao modo de produção capitalista, o pensador alemão defendia uma concepção de sindicato como um centro de organização da classe trabalhadora. Em documento apresentado por Marx e aprovado pelos delegados reunidos no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) realizado em setembro de 1866, em Genebra na Suíça, o “futuro” dos sindicatos foi assim caracterizado:

Além da sua obra imediata de reação contra as manobras impertinentes do capital, [*os sindicatos*] devem agora agir como focos de organização da classe operária para o grande fim da sua emancipação radical. Devem ajudar qualquer movimento social e político orientado neste sentido. Considerando-se e agindo como defensores e representantes de toda a classe operária, conseguirão reagrupar no seu seio todos aqueles que ainda não estão organizados; [...] farão nascer nas massas operárias a convicção de que, em vez de estarem circunscritas a limites estreitos e egoístas, o seu objectivo tende para a emancipação de milhões de proletários oprimidos (MARX; ENGELS, 1974, p.29-30).

Na mesma direção trilhada por Marx, Lênin, o principal líder da revolução bolchevique de 1917 na Rússia, reconhecia que os sindicatos “representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe” (LENIN, 1979, p.286).

O pensador marxista Antonio Gramsci, por sua vez, se mostrava um crítico da instituição “sindicato” por verificar sua vocação de agente colaborador com o Estado na resolução dos conflitos econômicos e por agir como uma entidade integralmente responsável pela legalidade e, portanto, sem a possibilidade de alcançar a autonomia das organizações operárias. O autor italiano teceu duras críticas à burocratização dos sindicatos na Itália, no início do século XX, e criticou o movimento sindical por ter se tornado mera expressão da sociedade capitalista e não uma forma de poder superá-la.

Segundo César Albenes de Mendonça Cruz, Gramsci reconhecia que os sindicatos poderiam desempenhar um “papel político e pedagógico importante”, mas assevera que, apesar de serem “[...] importantes instrumentos de luta por mostrarem os limites do capitalismo no âmbito

econômico ou da luta econômica”, os sindicatos “não são instrumentos para a transformação social, para a revolução” (CRUZ, 2008, p.3).

Para Gramsci, “o caráter essencial do sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade [...], não pode constituir a base do poder proletário” (GRAMSCI, 1976, p.43). Diante dessa afirmação, a alternativa apresentada por Gramsci para construir uma organização específica dos operários na sua condição de produtores (e não como assalariados, como mercadoria) seriam os conselhos de fábrica que, segundo o referido autor, se constituiriam como “o órgão mais adaptado à educação recíproca para o desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado conseguiu exprimir a partir da experiência viva e fecunda da comunidade do trabalho” (GRAMSCI, 1976, p.44).

Considerando os limites políticos dos sindicatos, tal como analisou Marx, Lênin e, principalmente, Gramsci, a história do sindicalismo brasileiro foi permeada por momentos bastante distintos e plurais. Desde uma atuação mais radicalizada e autônoma, levada a cabo pelos militantes do anarcossindicalismo na virada do século XIX para o século XX, passando por um período de forte influência do movimento comunista nos sindicatos brasileiros entre as décadas de 1920 e 1940, até a implantação de um sindicalismo oficial e corporativo, sob a tutela do Estado e baseado numa estrutura sindical vertical, vigente até os dias atuais, o movimento sindical brasileiro revelou-se bastante dinâmico e complexo.

Durante o primeiro tempo de governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o então presidente consolidou as bases políticas e legais do sindicalismo oficial e, desde então, o movimento sindical passou por vários períodos: implantação do sindicalismo oficial; florescimento do sindicalismo populista; sindicalismo na ditadura militar (sob intervenção); novo sindicalismo (GIANNOTTI, 1988).

Se, por um lado, após 1964 o movimento sindical sofreu um refluxo e se esvaiu da cena política por força de um processo de intervenção nos sindicatos e perseguição às lideranças sindicais combativas, por outro lado, a partir do final da década de 1970, quando se acelerou a abertura política, o sindicalismo brasileiro ressurgiu com força e vitalidade, principalmente, com as greves na região do ABC paulista, construindo o que se denominou “novo sindicalismo”.

Os movimentos grevistas que se seguiram durante a maior parte da década de 1980, abrangendo inúmeras categorias trabalhistas, tiveram como centralidade, sobretudo, a luta contra o arrocho salarial. Apesar de a motivação econômica figurar como elemento principal dos movimentos grevistas que consolidaram as bases do “novo sindicalismo”, deve-se considerar que, na particularidade brasileira, tais lutas ganharam uma essencialidade política, pois diziam respeito à própria condição de sobrevivência do trabalhador e, portanto, permeada de significativa e imediata dimensão política. Os movimentos grevistas demarcaram claramente a disposição de resistência e enfrentamento político do então, recente, sindicalismo combativo.

Ricardo Antunes (1995) alertou para essa questão afirmando se tratar de um traço distintivo de nossas lutas sociais, pois à medida que as greves reivindicavam melhores salários, fim do arrocho e da super exploração dos

trabalhadores, tocavam no pilar que fundamentava a política econômica então vigente, deslocando a centralidade das lutas econômicas para uma forma de confronto político; as greves, portanto, afloravam um movimento político de classe.

Para além das greves, o “novo sindicalismo” praticado durante a década de 1980 contribuiu sobremaneira para a emergência de organizações que viriam a se destacar e se consolidar no cenário nacional, a partir de então, como organizações políticas da classe trabalhadora. Nesse sentido, a mais importante conquista organizativa sindical recente da classe trabalhadora foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983. A fundação da CUT pelos sindicatos combativos, e sua consequente intervenção na conjuntura nacional, conseguiu representar de maneira eficaz a insatisfação dos setores mais organizados dos trabalhadores, principalmente, nos períodos marcados pela decretação de planos econômicos, sucessivamente fracassados. Criada à revelia da legislação, a CUT representava a afirmação de um sindicalismo de ampla mobilização de massa e de um sindicalismo livre e classista.

Segundo Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto (1990) a CUT revolucionou a história das lutas sociais no país, pois, por seus objetivos e métodos organizados e de luta, a referida central se apresentou como um divisor de águas das lutas sindicais no Brasil constituindo uma efetiva ruptura com o passado por sua nítida convicção na construção de uma ideologia de enfrentamento entre as classes e de filiação ideológica ao socialismo. No artigo segundo do estatuto de fundação da Central Única dos Trabalhadores esses objetivos apareceram com clareza: “A CUT é uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica” (*apud* GIANNOTTI; NETO, 1990, p.14).

Desde a sua fundação, a CUT passou a desempenhar o papel de unificação das lutas no Brasil e foi se constituindo na força política dos trabalhadores em âmbito nacional. Avesa a qualquer plano de pacto social que pudesse estabelecer uma trégua entre as classes, a postura ideológica da CUT foi se definindo cada vez mais num sentido classista, anticapitalista e de independência de classe.

Sobre a importância do movimento sindical no período de transição da ditadura civil-militar para o processo de redemocratização no Brasil, Armando Boito Jr. afirma:

O sindicalismo desempenhou, na história recente do Brasil, um papel importante. Depois de um longo período em que a quase totalidade dos sindicatos oficiais esteve a serviço da ditadura militar, a crise econômica e política do final dos anos 70 criou a oportunidade para a afirmação de um novo sindicalismo a partir da luta dos metalúrgicos do ABC. Desde então, a luta sindical de massa reconstituiu-se, e parte do sindicalismo brasileiro afirmou-se como movimento reivindicativo e político. Foi um movimento fundamental na luta contra a ditadura militar, contribuiu para a ampliação dos direitos sociais na Constituinte, despertou os setores mais ativos das classes trabalhadoras urbanas para o apoio à luta

pela reforma agrária e contribuiu muito para a mobilização popular pelo impeachment de Collor (BOITO JR., 1999, p.126-127).

Nesse sentido, o movimento sindical signatário do “novo sindicalismo” marcou presença efetiva nos episódios mais significativos da história política nacional nas décadas de 1970 e 1980, além de oferecer resistência às políticas governamentais da época. Ricardo Antunes nos apresenta uma boa síntese do que representou o movimento sindical na década de 1980:

[...] na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década (ANTUNES, 1998, p.151).

Enfim, as ações levadas a cabo pelo movimento sindical combativo na década de 1980, marcadas pela insubmissão e pelo confronto, apontavam para a necessidade de uma alteração no bloco do poder para que se pudessem contemplar os interesses dos trabalhadores. Dentre essas ações, merece destaque para nossos propósitos nesta reflexão, a produção comunicativa derivada da imprensa sindical da época. Tratava-se, como denominou o jornalista Valdeci Verdelho (1986), de uma “nova imprensa sindical”. Para o referido autor:

A revitalização do movimento sindical, portanto, gera necessidades de comunicação antes inexistentes. E o trabalho que se realiza para atender tais necessidades de comunicação do movimento, dá origem a uma “nova imprensa sindical” no Brasil. [...] Resumindo: uma comunicação, sob todos os aspectos, instrumento dos trabalhadores na luta contra a exploração econômica e a opressão política (VERDELHO, 1986, p.81-82).

Porém, esse movimento de ascendência das lutas sindicais, voltada para a afirmação dos interesses de classe (tudo isso registrado e analisado por meio de uma imprensa sindical inovadora e permeada por um discurso classista) começou a entrar em colapso, principalmente, a partir da instituição da legalidade constitucional das centrais sindicais, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, e também em decorrência da derrota política da classe trabalhadora representada pela derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989.

A PERDA DA PERSPECTIVA CLASSISTA E A EMERGÊNCIA DO “SINDICALISMO CIDADÃO”

Apesar das limitações políticas originárias, relativas à natureza corporativa, imediatista e “defensiva” dos sindicatos, como já discutido anteriormente, bem como às limitações próprias da realidade brasileira, relacionadas à lógica do sindicalismo oficial, o “novo sindicalismo” apresentava uma perspectiva combativa, e mesmo classista, que norteou a atuação sindical a partir do final da década de 1970 e que foi muito bem retratada pela “nova imprensa sindical”.

Até o início da década de 1990, essa concepção de sindicalismo hegemonizou a luta sindical e garantiu importantes conquistas econômicas e políticas para amplos setores da classe trabalhadora. É certo que alguns setores do movimento sindical nunca aderiram ao “novo sindicalismo”¹; a principal expressão de um movimento sindical de matiz conservadora (“pelega”, nos termos usados pelos sindicalistas) se reuniu em torno do que se convencionou chamar de “sindicalismo de resultados”. Para Vito Giannotti, tratava-se de

¹ Há que se considerar, ainda, que, mesmo entre os sindicatos signatários do “novo sindicalismo”, havia muitas diferenças políticas e ideológicas.

[...] um sindicalismo apolítico, um sindicalismo que se declara a favor do capitalismo, do lucro e da competitividade. A favor da flexibilização nas relações entre capital e trabalho. Defende a abertura ao capital internacional e a privatização de empresas e serviços públicos; quanto menos Estado melhor. [...] O sindicalismo de resultados se coloca como um dos pilares da implantação do projeto neoliberal, como uma peça essencial ao funcionamento da sociedade capitalista do fim do século XX (GIANNOTTI, 1994, p.44-45).

O “sindicalismo de resultados”, principalmente pelo seu discurso oportunista de apartidarização dos sindicatos, começou a ganhar a simpatia dos setores patronais e do governo da época e também a adesão da imprensa burguesa, que passou a difundir os seus princípios e proposições favorecendo sua rápida expansão. A máxima dessa concepção de sindicalismo era de que entre patrões e empregados não havia contradição de interesses e que os conflitos deveriam ser administrados, buscando-se sempre a conciliação.

A ampliação da margem de ações do “sindicalismo de resultados” apresentou como importantes desdobramentos a indicação de Antonio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho no governo de Fernando Collor de Mello e a criação, em 1991, da Força Sindical, uma central sindical que se colocou desde a sua fundação como um braço dos empresários e do governo no movimento sindical, com vistas a consolidar o projeto do pacto social defendido pelas elites governantes, no contexto do projeto neoliberal.

Já no início da década de 1990, para além dessa “frente conservadora e pelega” de atuação sindical, os sindicatos combativos vinculados ao “novo sindicalismo” mergulharam numa crise política sem precedentes e passaram a rever seus principais pressupostos. Os congressos e plenárias da Central Única dos Trabalhadores foram marcados por muitos embates e tensões envolvendo disputas ideológicas entre as várias frações políticas atuantes no interior da Central e revelaram a disposição dos setores majoritários

em promover uma mudança na condução política da referida central. Os principais sindicatos filiados à CUT também realizavam seus encontros e congressos e apontavam nessa mesma direção. No início desse processo, a expressão “sindicalismo propositivo” passou a aglutinar as ideias em torno do que se anunciava como uma nova etapa para o movimento sindical brasileiro.

Uma análise lúcida e responsável do colapso, e conseqüentemente da crise, do movimento sindical, já durante a primeira metade da década de 1990, não pode deixar de considerar os aspectos relacionados à conjuntura econômica e política da época. A abertura econômica, levada a cabo por Fernando Collor de Mello, impulsionou o desmonte da economia brasileira com a desnacionalização acelerada da economia e a destruição de parte expressiva do parque produtivo interno; isso se deu pela intensificação do ingresso de grandes corporações transnacionais no território brasileiro, bem como pela abertura indiscriminada às importações, e também pelas privatizações. Houve, ainda, uma regressão do trabalho (POCHMANN; BORGES, 2002), provocando retração nos índices de emprego que serviram para degradar ainda mais as condições sociais de vida dos brasileiros, intensificando os processos de precarização e marginalização social.

Giovanni Alves (2001) apresenta uma análise bastante contundente sobre as condições que conduziram o sindicalismo brasileiro a um estado de pobreza política e ideológica, como uma das determinações da instauração da crise no sindicalismo; afirma o autor que,

No decorrer da década de 1990, alguns sindicatos tenderam a optar pela política neocorporativa de cariz concertativo, voltando-se apenas para seu pequeno contingente de assalariados sindicalizados, um “base sindical” cada vez mais restrito (*sic*) do mundo do trabalho, tais como, por exemplo, as categorias de metalúrgicos e bancários. Os sindicatos reagiram às avessas, aceitando a lógica da fragmentação do operariado, dissolvendo a perspectiva do antagonismo de classe, um dos corolários principais para realizar os interesses históricos da classe trabalhadora (o socialismo). Portanto, diante da ofensiva do capital na produção sob a era neoliberal, explicitou-se não apenas os limites estruturais do sindicalismo corporativo, mas a pobreza política e ideológica do sindicalismo brasileiro. Eis apenas uma das determinações da crise do sindicalismo no país (ALVES, 2001, p.213).

De maneira sintética, podemos afirmar que essa crise teve origem no contexto adverso para a ação do sindicalismo, com o seu conseqüente descredenciamento para as lutas gerais e para as negociações coletivas. Compuseram esse contexto adverso o desemprego crescente e a ineficiência das entidades sindicais nas tarefas básicas de melhorias salariais e manutenção do emprego, como resultado da mudança estrutural do capitalismo e sua adequação ao processo de mundialização do capital; da implantação do neoliberalismo, levando o sindicato a entrar numa fase defensivo-estratégica; e do processo de reestruturação produtiva das empresas, com o aumento do controle do capital sobre o trabalho e a conseqüente disputa impetrada pelas empresas para se apropriar da subjetividade do trabalhador. O jornalista Altamiro Borges (2002) avaliou

que tal contexto serviu para agravar ainda mais as limitações intrínsecas do sindicalismo e descreveu a nova postura adotada pelo movimento sindical:

Este se voltou ainda mais para as lutas imediatas, econômicas e corporativas, reduzindo sua força e capacidade de dirigir as ações gerais dos trabalhadores e de interferir nos próprios destinos políticos do país. [...] Na corrida atrás do prejuízo, os sindicatos mostraram-se incapazes de dar resposta aos novos desafios. Sem atacar as causas desta onda regressiva e destrutiva, não conseguiram sequer conter os seus efeitos (BORGES, 2002, p.102).

Enfim, alegando haver uma defasagem entre a linha ofensiva da CUT até então e as condições da nova conjuntura, e motivados por uma disposição política dos setores majoritários da CUT de promover um redirecionamento ideológico para as ações sindicais, com vistas a favorecer um pacto de governabilidade em torno de um eventual governo Lula, o discurso do “sindicalismo propositivo” ganhou força e foi, gradativamente, se convertendo na constituição do “sindicalismo cidadão”.

Roberto Vêras assinala com detalhes as condições que levaram os sindicatos da CUT a mudarem sua postura:

O sindicalismo CUT, diante de um quadro adverso, onde o desemprego e o ataque aos direitos trabalhistas e sociais se colocam como questões centrais de sua agenda, tem procurado adotar uma postura cada vez mais voltada à *negociação*, à *proposição*, à busca de alternativas em parceria com outros atores sociais, incluindo não só outras organizações populares e ONGs, mas também os próprios empresários e suas entidades representativas, assim como instituições estatais, em particular de nível municipal. Diante da determinação das forças neoliberais, hegemônicas a partir da eleição de Collor, em esvaziar o Estado de seu papel de provedor dos serviços sociais básicos e de políticas públicas de desenvolvimento geral e setorial, as entidades sindicais, em articulação com outras organizações da sociedade e organismos do próprio Estado, têm buscado constituir espaços públicos em âmbito local/regional, no sentido de: atuar sobre os indicadores sociais (condições de saúde, educação, trabalho infantil, etc.); promover políticas públicas locais de potencialização do desenvolvimento regional, articular formas de pressão junto aos governos estadual e federal, entre outras iniciativas (VÉRAS, 2002, p.11).

A década de 1990, mais do que qualquer outra até aquele momento, foi a década da cidadania. Todas as ações sociais e políticas convergiam para um discurso de cidadania e isso passou a contaminar também o ambiente sindical. Na iminência de perder sua posição conquistada no cenário político, em razão da descrença que se abatia sobre os trabalhadores em relação às organizações sindicais e do distanciamento que um discurso radicalizado poderia significar em relação aos espaços de poder político na sociedade (inclusive, e especialmente, os espaços de governança), os setores majoritários da CUT tomaram as rédeas do processo e conduziram a Central para o caminho da conciliação, a exemplo do que se pode observar com a experiência das Câmaras Setoriais².

² Criada pelo governo Sarney, mas revigorada durante o governo Collor como parte das medidas do Plano Collor 2, a Câmara Setorial se definia como um espaço de discussão tripartite (governo, empresários e trabalhadores) com o objetivo de se constituir como fórum de negociações de uma determinada cadeia produtiva para analisar e administrar custos e preços da produção. Com a participação ativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Câmara Setorial Automotiva foi a mais significativa experiência de Câmara Setorial no início da década de 1990, que chegou a atuar na formulação e implementação de uma política industrial para o setor.

Dali por diante, a imersão do movimento sindical, de modo geral, e da CUT, em particular, nos debates e nas articulações sociais em torno de temas sociais e de lutas por cidadania passaram a ser frequentes. Isso está muito bem documentado nas resoluções dos congressos da CUT durante a década de 1990, e se consolida, como se pode notar, nas resoluções do VII CONCURT realizado no ano 2000:

A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º e 5º Concuts, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido. Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça, procedência, escolaridade etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão. Assim, nossa atuação é condicionada pela combinação da luta institucional com as lutas de massa e pela atuação em novas frentes, agregando à nossa pauta sindical elementos essenciais para a conquista da plena cidadania, e principalmente construindo uma política de alianças com o movimento social - sem-terra, sem moradia, e outros setores oprimidos -, e com os partidos políticos de oposição para forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas (CUT, 2000, p.24).

O conteúdo da agenda sindical, de que tratam as resoluções dos congressos da CUT, e que fundamentam e dão substância ao conceito de “sindicalismo cidadão”, é explicitado por Roberto Verás. Afirma o autor:

Premido por um contexto extremamente adverso (como o quadro de desemprego) e estimulado por novas oportunidades (como a criação de novos espaços institucionais com alguma abertura para a ação sindical), o sindicalismo *cutista* não só amplia sua participação em espaços institucionais como, disputando recursos públicos (sobretudo oriundo do FAT), passa a desenvolver, como executor, iniciativas no campo dos serviços públicos básicos (formação profissional, elevação de escolaridade, gestão de programas de geração de emprego e renda, intermediação de mão-de-obra). E, muitas vezes em articulação com tais iniciativas, passa a atuar (com uma centralidade que não tinha antes) na organização de experiências de auto-gestão e cooperativismo (VÉRAS, 2002, p.14).

Sedentos por encontrar uma saída “honrosa” para a crise que dissipava as organizações sindicais e seduzidos pelo amplo campo de possibilidades de atuação social, convertido arbitrariamente em espaços de ação sindical, os sindicatos encamparam o discurso da cidadania e abdicaram definitivamente da perspectiva classista que configuravam as práticas sindicais do “novo sindicalismo”. Com o argumento velado de que não havia mais condições políticas para manter uma concepção de sindicalismo classista, de combate e de confronto ideológico com os patrões, os principais sindicatos cutistas passaram a disseminar a

necessidade de se constituir um “sindicalismo cidadão”, que se revelou, em grande medida, um sindicalismo de conciliação de classes, protagonista de ações e discursos conservadores.

Para encerrar essa breve (e incompleta) reflexão, apresentamos o esboço elaborado por Roberto Vêras a respeito das características que compõem o conceito de sindicato cidadão:

O discurso da CUT incorpora cada vez mais a expressão “sindicato cidadão”, para (não sem tensões internas) designar, em um contexto adverso, uma prática sindical de caráter mais “propositivo”, que toma como centrais a defesa do emprego e dos direitos sociais, que busca ampliar a atuação nos espaços institucionais e influir de maneira mais direta na formulação e execução de políticas sociais, que procura articular-se mais fortemente com outras organizações e movimentos sociais, seja no âmbito local (sob o tema do “poder local”) e nacional (sob a discussão de um “projeto nacional”), seja no âmbito internacional (VÉRAS, 2005, p.264).

Nesse processo todo de guinada conservadora em relação aos objetivos político-estratégicos do movimento sindical brasileiro, a imprensa sindical não ficou imune. Ela acompanhou tais mudanças, tanto em relação aos recursos humanos - que viu surgir uma legião de jornalistas e profissionais da comunicação primados fundamentalmente por uma suposta competência técnica em detrimento de um compromisso político-ideológico com as causas historicamente defendidas pelo sindicalismo - quanto em relação aos assuntos e às perspectivas de abordagem dos temas que pautavam os diversos produtos comunicativos dos sindicatos.

A IMPRENSA SINDICAL ABRE AS PÁGINAS PARA O DISCURSO DA CIDADANIA

Reconhecidamente uma das mais importantes estratégias para a atuação política dos sindicatos, a imprensa sindical foi uma das principais vitrines para dar visibilidade e projeção às mudanças pragmáticas e discursivas do movimento sindical em direção ao sindicalismo cidadão.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, um dos mais importantes e respeitados sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), disseminou por meio de suas produções comunicativas, em especial a *Tribuna Metalúrgica do ABC*, inúmeras análises, debates e informações tematizando questões relacionadas à cidadania e, conseqüentemente, legitimando o discurso do sindicalismo cidadão.

A *Tribuna Metalúrgica do ABC*, principal jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, já pautava junto à categoria, desde meados da década de 1990, vários debates que apontavam para as mudanças na postura política do sindicato. Algumas expressões, estampadas em manchetes, foram sintomáticas. A edição nº 540 de 06 de dezembro de 1996 trazia o título “Um novo modelo de sindicato”; trazia ainda uma vinheta com uma chamada para o 2º Congresso dos Metalúrgicos do ABC e com uma questão norteadora para o evento: “ano 2000 - que sindicato queremos?” (figura 1). Tratava-se do convite (mais do que isso, do anúncio) do sindicato para que os trabalhadores da categoria aderissem à nova concepção de atuação

sindical defendido pelos dirigentes e lideranças da entidade.

Figura 1: Tribuna Metalúrgica do ABC, nº 540, 06 de dezembro de 1996.



Numa edição logo adiante, nº 543, de 12 de dezembro de 1996, a *Tribuna Metalúrgica do ABC* apresentou uma entrevista com o então presidente do sindicato, Luiz Marinho que, em resposta à pergunta “e qual deve ser a cara do sindicato?”, afirmou: “O Sindicato do ano 2000 exercerá um poder maior de intervenção na sociedade, enquanto representante de cidadãos, contribuinte e consumidores”. Vale ressaltar, que Luiz Marinho foi um dos sindicalistas mais entusiastas dessa concepção de sindicato cidadão.

Em 1997, após a realização do II Congresso dos Metalúrgicos do ABC, as coisas ficaram bastante explícitas. As resoluções do II Congresso apresentaram de maneira genérica as estratégias de ação na nova configuração da ação sindical, bem como uma descrição do que seria a cidadania para o sindicato:

Essa resistência deve somar ações defensivas no âmbito de cada empresa e ousadas mobilizações de alcance nacional, articulando os interesses específicos de nossa categoria com a demanda pelos mais amplos direitos de cidadania, traduzida como conquista da democracia em todos os seus aspectos: políticos, econômicos e sociais. Cidadania, para nós, é emprego, é salário decente, é comida, é terra para plantar, é moradia digna, é educação, é saúde, é lazer, é proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, é livre acesso à comunicação de massa, é combate ao racismo e às discriminações

e é, também o fim da impunidade e da corrupção (CONGRESSO, 1999, p.11).

Como repercussão das deliberações do II Congresso, a *Tribuna Metalúrgica do ABC* de 20 de maio de 1997 publicou, no texto de apresentação sobre as principais decisões do congresso, a avaliação de que se tratou de “um congresso histórico, porque prepara o Sindicato e sua razão de ser - o cidadão metalúrgico - para enfrentar os desafios do terceiro milênio”. Verificamos explicitamente, nesta e em outras edições do jornal do sindicato, a mudança de condição do metalúrgico, de trabalhador operário para cidadão.

Não está em discussão neste texto um julgamento (ético ou estético) da qualificação de cidadão imputada ao metalúrgico; o que se pretende é identificar e analisar as consequências políticas para o trabalhador e para o próprio sindicato (e, principalmente, como isso aparece na imprensa sindical). Nesse sentido, ao subsumir do metalúrgico a sua condição de classe (enquanto trabalhador e operário) e revesti-lo da “grife” cidadão, produz-se uma despolitização do sindicalismo.

Outras manchetes da *Tribuna Metalúrgica do ABC* também apontaram na mesma direção do anúncio de mudanças no rumo político do sindicato, como a *Tribuna Metalúrgica do ABC* nº 565, de 04 de março de 1997, com o título “O sindicato vai mudar: mas não é de endereço” (figura 2); a *Tribuna Metalúrgica do ABC* nº 876, de 24 de novembro de 1998, “Metalúrgicos do ABC aprovam o sindicato do ano 2000” (figura 3), em referência à assembleia da categoria que votou por um novo estatuto da entidade; e a *Tribuna Metalúrgica do ABC* nº 931, de 07 de abril de 1999, com a manchete “Vote no sindicalismo do futuro” (figura 4), convocando os associados do sindicato a votarem nos comitês sindicais de empresa.

Figura 2: *Tribuna Metalúrgica do ABC*, nº 565, 04 de março de 1997.



Figura 3: *Tribuna Metalúrgica do ABC*, nº 876, 24 de novembro de 1998.



Figura 4: *Tribuna Metalúrgica do ABC*, nº 931, 07 de abril de 1999.

Todas essas manchetes faziam referência às mudanças na concepção política do sindicato, mais do que isso, procuravam convencer os leitores (trabalhadores de base) que a concepção defendida pelo sindicato era “melhor”, porque representava uma adequação aos novos tempos (sindicalismo do ano 2000; sindicalismo do futuro), e nesse sentido, um avanço, um progresso. Tudo isso dizia respeito à concepção de sindicato cidadão.

Com relação à imprensa sindical, elo estratégico entre direção política dos sindicatos e suas bases, fazer ecoar essas ideias era legitimá-las. Por mais que houvesse vozes dissonantes no conjunto dos trabalhadores - e mesmo entre os próprios dirigentes sindicais - a posição unívoca propagada pelos jornais da entidade era de que o sindicato assumia plenamente essa nova concepção, com plena convicção.

Como desdobramentos da concepção de um sindicalismo cidadão, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC desenvolveu durante a década de 1990 experiências de cooperativas habitacionais, centros de formação e requalificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, e até agências de viagens. Sobre as cooperativas, ao ser questionado pela *Tribuna Metalúrgica do ABC*, na edição nº 658 de 22 de agosto de 1997, se era atribuição do sindicato fazer aquele tipo de projeto, Luiz Marinho respondeu que:

O Sindicato que surgiu do 2º Congresso é o sindicato de todas as frentes; é o Sindicato que luta pela qualidade de vida dos trabalhadores que representa. Nesse espírito, ou nesse novo papel, é

que o Sindicato se encaixa. O conceito de Cooperativa está dentro daquilo pelo qual sempre lutamos, que é o da decisão democrática, transparente e solidária, tendo como alvo o interesse coletivo (MARINHO, 1997, p.2/30).

As experiências com a cooperativa habitacional e com a alfabetização de jovens e adultos foram qualificadas pelo sindicato como ações pertinentes a uma linha “combativa e inovadora”. Neste sentido, a ideia de combatividade dizia respeito à realização de uma ação social suplementar - bem ao gosto do ideário neoliberal de transferir para a sociedade civil a responsabilidade de suprir suas próprias carências econômicas e sociais - e compatível com o discurso de cidadania que imperava na sociedade desde então.

A respeito desses temas e seus desdobramentos em ação sindical por parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a *Tribuna Metalúrgica do ABC* pautou em várias oportunidades as referidas questões ao longo dos últimos anos. Em relação à qualificação profissional, com a realização de curso de informática, a edição nº 1425, de 19 de fevereiro de 2002, anunciou: “Ação para a cidadania” (figura 5). O título da edição nº 1499, de 05 de julho de 2002, “A educação libertadora” (figura 6), fez referência ao projeto de alfabetização Mova Brasil. A Cooperativa Habitacional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a CoopSind, foi manchete e tema de discussão de várias edições da *Tribuna Metalúrgica do ABC* (figura 7), desde o debate em torno da criação da cooperativa como uma tarefa do sindicato até a distribuição das unidades habitacionais construídas pela CoopSind aos seus associados.

Figura 5: *Tribuna Metalúrgica do ABC*, nº 1425, 19 de fevereiro de 2002.



Figura 6: *Tribuna Metalúrgica do ABC*, nº 1499, 05 de julho de 2002.



Figura 7: *Tribuna Metalúrgica do ABC*, nº 1574, 22 de novembro de 2002.



A gestão ou participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em programas de geração de renda, alfabetização, intermediação de mão-de-obra, micro-crédito, formação profissional, cooperativa habitacional foram amplamente divulgadas e valorizadas nas páginas da *Tribuna Metalúrgica do ABC*, legitimando e fortalecendo a “nova postura política” assumida pelo sindicato de praticar um “sindicalismo cidadão”.

Enfim, o fato é que essa concepção de sindicalismo - e seus desdobramentos - foi difundida entre os trabalhadores, principalmente, por meio de uma imprensa sindical compatível com os propósitos do próprio sindicalismo cidadão. A credibilidade intrínseca à imprensa sindical garantiu a visibilidade e a legitimação de tais ações e discursos, reafirmando a nossa compreensão de que toda imprensa sindical é coetânea à respectiva concepção de sindicalismo praticado num determinado contexto sócio-histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do reconhecimento da incompletude das possibilidades de aprofundamento e análise a respeito do tema aqui proposto, queremos alertar para a nossa compreensão de que o discurso da cidadania potencializa, de maneira hegemônica, uma diminuição das práticas de enfrentamento em relação aos interesses antagônicos de classe e valoriza, no caso específico do sindicalismo, o discurso de parceria e cooperação.

Consideramos que, em tempos de mundialização do capital e predomínio do ideário neoliberal, a lógica do capital gerou um novo produto para o discurso, com implicações políticas e ideológicas: trata-se da cidadania. E a utilização do termo cidadania e, por extensão, “sindicalismo cidadão”, “sindicato cidadão” “cidadão metalúrgico” por parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, explicitou as determinações básicas do real fenômeno de abandono do sindicato de uma perspectiva socialista e de classe, uma vez que a mudança no uso das palavras combinou com uma mudança efetiva nas práticas sociais. Ivo Tonet, a respeito da cidadania, sentencia: “conceber a luta pela cidadania como o eixo da luta social é subsumir a luta dos trabalhadores aos interesses do capital”.

Queremos encerrar este artigo com o alerta apresentado por Marx a respeito dos sindicatos, na esperança de que os protagonistas do movimento sindical possam realizar uma autocrítica e rever os (des)caminhos tomados pelo movimento sindical, ao menos no que se refere ao seu papel político de “centro de organização da classe trabalhadora”. Afirma Marx:

Os “Sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam, em parte, de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra o efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. (MARX, 1987, p.85-86).

Concomitante à autocrítica, que se possa recolocar o movimento sindical brasileiro no caminho de se constituir como organização política classista e que sua respectiva imprensa sindical possa servir como estratégia política e expressão dessa concepção político-ideológica de sindicato.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da globalização: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. O novo sindicalismo. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOITO JR. Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BOITO JR. Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BORGES, Altamiro. Neoliberalismo, resistência e alternativas. In: POCHMANN, Márcio; BORGES, Altamiro. "Era FHC": a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

CONGRESSO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. 2., 1997, São Bernardo do Campo. Resoluções. São Bernardo do Campo, SP: SMABC. Dezembro de 1996 a maio de 1997.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sindicato e partido político em Gramsci. In: VI Seminário do Trabalho, Marília, 2008. Anais. VI Seminário do Trabalho, 2008.

CUT. Cadernos de resoluções, 7º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CONCURT, São Paulo, ago. 2000. Disponível em: <www.cut.org.br>. Acesso em: 14 Fev. 2013.

FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988 (Série Princípios; 130).

_____. Comunicação e resistência na imprensa proletária. São Paulo: ECA/USP, 1990. Tese (Livre Docência em Cultura Brasileira). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

GIANNOTTI, Vito. Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. Medeiros visto de perto. São Paulo: Brasil Urgente, 1994.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. CUT por dentro e por fora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Cláudia. Comunicação sindical: a arte de falar para milhões. 2.ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Sobre democracia operária e outros textos. Lisboa/Portugal: Ulmeiro, 1976 (Biblioteca Ulmeiro; 4).

LENIN, Vladímir I. Sobre os sindicatos. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARINHO, Luiz. Esse é o papel do sindicato. Tribuna Metalúrgica. São Bernardo do Campo, SP. Ano IV, nº 658, 22/08/1997.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. 5.ed. São Paulo: Global Editora, 1987 (Coleção Bases; 28).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sobre o sindicalismo. Lisboa/Portugal: Iniciativas Editoriais, 1974 (Pontos de Vista; 5).

MELO, João Alfredo Costa de Campos. As novas ações coletivas frente à crise do modelo sindical corporativo: sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MIANI, Rozinaldo Antonio. As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp/Campus Assis, 2005. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

POCHMANN, Márcio; BORGES, Altamiro. “Era FHC”: a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

VÉRAS, Roberto. Sindicalismo metalúrgico, o “festival de greves” e as possibilidades do contrato coletivo nacional. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 251-282.

VÉRAS, Roberto. “Sindicato cidadão”: novos rumos do sindicalismo brasileiro?, 2002. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/166.pdf>>. Acesso em: 12 Fev. 2013.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (org.). Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 80-98.